

POBREZA ABSOLUTA E OS NOVOS GOVERNOS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 28.12.1982

A prioridade fundamental dos governos estaduais da oposição deverá ser social. Educação, saúde, habitações serão, em princípio, as áreas em que se concentrarão as despesas dos estados. Para que esse objetivo seja realizado, entretanto, os novos governadores enfrentarão dificuldades de toda natureza, relacionadas com a crise econômica, com o desequilíbrio financeiro e com a falta de poder político daqueles que vivem em pobreza absoluta.

No plano econômico a situação é grave. A crise econômica mundial somada aos desacertos de nossa política econômica interna levaram o país à pior crise de sua história industrial. O país, acostumado sempre a crescer, a aumentar a produção em todos os setores, agora retrocede. E como a população continua a crescer, o retrocesso torna-se ainda mais grave. O produto nacional diminuiu pelo menos 1,9% em 1981. Em 1982 deverá ficar próximo de zero. Em 1983, as perspectivas otimistas prevêem novamente estagnação. Se isto ocorrer, no final de 1983, dado um crescimento vegetativo da população de 2,4% ao ano, os brasileiros estarão em média cerca de 9% mais pobres do que em 1980.

Não bastasse a crise econômica, entretanto, temos a crise das finanças públicas. O orçamento do Governo Federal é deficitário, e a situação financeira dos estados é em geral precária.

Dentro desse quadro, os governos estaduais de oposição deverão iniciar sua administração. E o risco é o de serem tomados pelo pessimismo, ou então de imaginarem que sua responsabilidade maior está relacionada com a crise econômica e não em enfrentar diretamente de um lado a insegurança da criminalidade crescente, e de outro a miséria, a fome, a marginalidade dos menores abandonados, o analfabetismo, a pobreza absoluta portanto, que ainda caracteriza amplas parcelas da população brasileira.

Em São Paulo, por exemplo, nestes últimos 18 anos, exceto em parte no Governo Paulo Egídio, a prioridade foi sempre dada ao desenvolvimento, à acumulação de capital, e não aos problemas sociais prementes relacionados com a educação, a saúde e a habitação. Agora, e apesar da crise, o compromisso dos governos de oposição é mudar radicalmente essas prioridades.

Ao invés de gastar recursos escassos em grandes estradas, vias expressas, usinas hidrelétricas, aviões, e na pesquisa de petróleo (esta um escândalo), a prioridade dos governos estaduais deverá ser outra. A retomada do desenvolvimento sem dúvida é importante, mas não cabe aos governos estaduais. A estes cabe compensar, ainda que parcialmente, os descabros da política econômica recessiva oficial, concentrando suas despesas em benefícios dos que vivem em pobreza absoluta.

Não será fácil. Os absolutamente pobres não têm poder político. Não têm capacidade de pressionar o Estado. Dom Paulo Arns, por exemplo, escreveu no dia de Natal um comovente apelo em favor dos menores abandonados e dos velhos. Mas que poder de pressão tem eles, a não ser a indignação moral de homens como o cardeal de São Paulo?

Por outro lado, a classe média também enfrenta dificuldades. E os empresários, especialmente os pequenos e médios, nunca viveram momentos mais angustiosos. E tanto a classe média quanto os empresários têm poder. Seus representantes escrevem nos jornais, falam nas tribunas, participam direta e indiretamente dos governos.

Os obstáculos no sentido de uma política efetivamente social, que dê prioridade à pobreza absoluta, serão, portanto, de natureza econômica (a crise), financeira (o desequilíbrio orçamentário) e política (a falta de poder dos mais pobres). Mas os governos de oposição só abrirão uma nova etapa na administração dos governos estaduais se, reconhecendo os obstáculos, não perderem de vista seu objetivo social básico.(28/12)